



# **A FORMAÇÃO DO ALUNO NO EXERCÍCIO DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA**

**Belo Horizonte  
2013**

**DENIR FERREIRA DE PAULA**

**A FORMAÇÃO DO ALUNO NO EXERCÍCIO DA GESTÃO ESCOLAR  
DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Auxiliar. Grazielle Mariano Batista Maia

**Belo Horizonte**

**2013**

DENIR FERREIRA DE PAULA

## **A FORMAÇÃO DO ALUNO NO EXERCÍCIO DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Profª Auxiliar. Grazielle Mariano Batista Maia (orientadora) – UFMG

---

Prof. Dr. Fernando Fidalgo – UFMG

Belo Horizonte, 19 de julho de 2013

Dedico este trabalho aos meus filhos,  
Felipe e Danilo, razão de continuar firme  
em tudo,

à minha mãe Ernestina, pelo apoio  
constante e ao Professor José Luiz de  
Paula e Silva

que permitiu a realização desse curso com  
muito empenho.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, Supremo em Graça e Força.

À minhas irmãs pelo apoio sempre.

Aos professores, pela dedicação e conhecimentos adquiridos.

Às colegas de curso pela convivência e apoio constante.

Espera-se, portanto que a “capacidade de educar” de uma Escola  
também evolua positivamente,  
que se enriqueça, que se amplie...”

Alexandre Costa Berbel

## RESUMO

O desejo de oferecer uma educação de qualidade é visto claramente no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Antônio Prado, cujos saberes são voltados para a formação crítica e política de seus alunos (PPP anexo).

A organização da rotina escolar, suas potencialidades e limitações tanto no âmbito físico, material e humano, são mostradas de forma real no PPP, onde o ensino é visto como instrumento de estudo para a escola realizar, principalmente no fazer pedagógico, com mais precisão, levando-se em conta o contexto em que o aluno está inserido, cumprindo assim o seu papel na socialização do conhecimento.

Partindo desta análise, verificou-se a necessidade de se entender “a formação do aluno no exercício da gestão escolar democrática”.

As grandes transformações hoje são evidentes na sociedade em que vivemos. Todo o contexto social, político e econômico contribui para que a gestão escolar se volte para um olhar democrático e atualizado, de forma que sua clientela seja atendida dentro dos parâmetros que essa sociedade exige. A escola tem a proposta de fazer com que o aluno seja capaz de atuar na sociedade e de transformá-la com o conceito de valores éticos e sociais que venham a contribuir com o respeito e justiça social.

Mostrar a importância do ensino como requisito de qualidade no exercício da gestão escolar democrática, propiciando o desenvolvimento da cidadania é o que este Trabalho pretende. Somente o ensino de qualidade que visa a formação do aluno numa gestão escolar democrática, irá possibilitar este aluno a ser um cidadão consciente e eficaz.

**Palavras-chave:** formação; aluno; gestão escolar democrática

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
	1.1. Justificativa .....	9
	1.2. Objetivo .....	9
2	DESENVOLVIMENTO.....	10
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12
4	REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO .....	14
5	ANEXO	15
	Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Antônio Prado	



## 1. INTRODUÇÃO

Verifica-se no PPP da Escola Municipal Antônio Prado a coexistência de uma sociedade democrática onde se definem a pluralidade, o convívio e a interlocução na adversidade, onde o direito de participar nos espaços e processos comuns de ensino e aprendizagem estão previstos na legislação e nas políticas educacionais.

A Constituição da República compreende como efetivação e direito à educação, a promoção do bem e escolas abertas a todos, fazendo da inclusão um movimento de política para transformação das práticas sociais, como as relações com a família e a comunidade, adota como princípio: *“igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”*.

Segundo a Lei nº 8.069, de 16 de julho de 1990, em seu artigo 3º, cita-se:

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”

A Escola Municipal Antônio Prado enfatiza o atendimento legal ao seu alunado que são crianças e adolescentes, matriculados na Educação Infantil e Anos Iniciais e Anos finais do Ensino Fundamental. Proporciona-lhes as condições necessárias para que o desenvolvimento da pasta pedagógica educacional e administrativa seja organizada a ponto de atender plenamente a todas as potencialidades apresentadas no artigo citado, favorecendo assim a formação efetiva do aluno em seu crescimento.

Refletindo sobre a importância do ensino como requisito de qualidade no exercício da gestão escolar democrática verifica-se que as finalidades da Escola Municipal Antônio Prado se baseiam no Art.2º da LDB nº 9394/96: *“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”*.

A escola toda oferece a proposta onde os alunos são sujeitos e objetos do processo de ensino e aprendizagem, conforme a citação do comentário:

“Considerando que os espaços escolares possuem uma importante dimensão educativa e que a materialidade da escola é fator relevante

na constituição de práticas escolares capazes de constranger ou de estimular conhecimentos e competências, buscou-se compreender o conjunto de fazeres pedagógicos ativados no interior de escolas investigadas que guardam relação mais direta com o desenvolvimento de habilidades básicas de leitura e escrita. Foram utilizados registros fotográficos de salas de aula, cantinhos de leitura, murais e salas de leitura como fonte de dados. Identificaram-se aspectos relevantes das instituições pesquisadas pautados na natureza, disposição, usos e funções de espaços e objetos relacionados a promoção da leitura, contribuindo para o entendimento da eficácia escolar sob o ponto de vista dos discursos visuais da escola como fatores promotores da aprendizagem.” ANPED - Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação, Caxambu-MG 2008, páginas 135 e 136.

A sociedade brasileira quer encontrar nos alunos da educação de hoje, sujeitos com uma formação cidadã atuante, capaz de ser um cidadão mais capacitado para atuar criticamente e contribuir com produtividade e democracia no contexto social em que vive. É o que se verifica no PPP analisado, a escola se coloca como meio para executar a formação cidadã, propiciando um ensino de qualidade, coerente, dentro das propostas e dos currículos que se apresentam, com uma gestão atuante e democrática, buscando todo o envolvimento da comunidade escolar no fazer pedagógico, tendo o aluno como atenção primordial.

### 1.1 Justificativa

Oferecer uma educação onde o ensino de qualidade e a gestão democrática são requisitos para uma atuação autêntica e eficaz, são constatadas no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Antônio Prado. A Constituição Federal (C.F. art. 206) estabeleceu princípios para a educação brasileira, sendo a gestão democrática, um deles; a LDB 9394/96 (LDB. art. 14) estabelece que “*os sistemas que definirão as normas da gestão democrática*”, tendo como princípios a participação coletiva na elaboração do PPP e a instituição de conselhos escolares com a participação da comunidade escolar, onde o coletivo faz a diferença, permitindo que todos possuam o mesmo tratamento na escola.

As relações humanas na escola devem colaborar na evidência da qualidade do atendimento escolar, onde o exercício da autoridade por parte do gestor, com respeito à integridade de cada colaborador. Neste aspecto, a direção deve planejar o desenvolvimento da Escola de forma participativa, comunicando a todos os seus objetivos, com estratégias superiores para a sustentabilidade da escola,

desenvolvendo assim um programa constante de estudos e capacitações nas diversas áreas, para a boa realização das atividades de todos os profissionais.

O setor pedagógico-educacional, que é a alma da escola, constitui a principal missão, cujo trabalho leva a transformação de seres humanos em seres humanos melhores, mais fraternos, mais instruídos, mais sensíveis, mais capazes de agir e também de transformar. É necessário um investimento maior de motivação, de respeito e de afetividade para a concretização de uma atuação eficaz e efetiva do setor pedagógico-educacional, que venham favorecer um ensino de qualidade aos seus alunos em prol do seu desenvolvimento num todo.

No fazer pedagógico, a escola estabelece currículos onde os conteúdos básicos e transversais são passados de modo a atender o desenvolvimento do aluno em todos os aspectos de suas ações, que lhes asseguram conhecimento e raciocínio conforme suas condições de aprendizagem, levando em conta suas habilidades. Os professores contêm a formação adequada e estão sempre se aprimorando para o exercício da sala de aula.

## 1.2 Objetivo

Refletir sobre a importância da formação do aluno no exercício da gestão escolar democrática.

## 2. DESENVOLVIMENTO

A importância da aprendizagem e a formação do aluno no exercício da gestão escolar democrática, reflete no texto de Gabriel Perissé:

“A sala de aula como lugar por excelência do aprendizado e o lugar por excelência do autoconhecimento do professor. Um autoconhecimento que suponha para mim transformar-me em outro, e, assim provocar o verdadeiro ensino, que transforma o aluno na pessoa que ele está chamado a ser. A única razão para que os alunos se reúnam em torno de um professor real, numa sala abafada ou arejada, com carteiras confortadas ou incômodas, durante algumas horas diárias ou semanais, está em que o Professor não seja mais um que queira nos ensinar mais alguma coisa... ou coisa alguma! Os alunos reúnem-se (e por vezes amontoam-se) na sala de aula para verem um professor que seja coerente, coerente com o melhor do que já se aprendeu sobre o que é ensinar. Querem, esses alunos, um professor capaz de ensinar o que sabe e aquilo que se espera que nós saibamos, mas também o que está procurando saber. Um professor que ensine, deixando à mostra sua vida intelectual, seu pensamento vivo, suas dúvidas

inteligentes, seus princípios norteadores, e assim nos ensine a perguntar, a ter certezas, a duvidar de novo, a sofrer, a sentir a alegria de estudar dentro e fora da sala de aula.” A arte de ensinar; Ed. Saraiva (2012), página 57.

O ensino correto, com base na motivação, respeito e afetividade, irá proporcionar o aprendizado eficaz. O aluno necessita de professores que os façam delirar com o estudo, motivar-se constantemente e aprender. A escola deve dar crédito ao infinito potencial de todo ser humano. Deve, também, engajar o seu aluno com estímulos favorecendo lhes a confiança em si, em prol do seu próprio desenvolvimento, ficando felizes por estar aprendendo.

Parceira importantíssima na formação dos alunos, a família deve estar presente nas atividades escolares. Toda ação educativa não se faz apenas na escola, os pais devem saber disso. A escola deve envolver as famílias como parceiras no processo educativo, propiciando contatos diretos e produtivos, com bases de respeito e afetividade, conscientização e apresentação de qualidade nas atividades pedagógicas, pessoal e administrativas, sensibilizando-os a terem mais disposição de participarem mais ativamente da vida escolar de seus filhos.

A escola, em sua gestão democrática, deve ter a visão de propiciar a formação total do ser humano, de agir social e politicamente, e para oferecer a formação cidadã é preciso anular o caráter autoritário e assumir uma gestão voltada para a participação de todos.

A escola organiza o desenvolvimento de conhecimentos e de atitudes necessárias ao desempenho da formação cidadã nas suas dimensões políticas, culturais e econômicas confirmando sua ação educativa à transformação e intervenção da realidade social, onde a gestão democrática será mais eficiente onde se expressa confiança na capacidade de aprendizagem do aluno, tendo o processo de ensino e aprendizagem como centro de todas as ações, como podemos ver:

- I. Disponibilizar o acesso aos conhecimentos característicos do ser humano, na sociedade, historicamente e culturalmente;
- II. Estabelecer relações com o aluno, com o conhecimento, com o professor e a equipe escolar, com os colegas e com as famílias, para análise das potencialidades e dificuldades e de como lidam com elas;
- III. Formar e instrumentalizar os alunos para o exercício pleno da cidadania;

- IV. Ampliar as perspectivas e capacidades de produzir respostas pedagógicas à complexidade dos alunos, suas dificuldades e potencialidades, apreciando-as sempre, em relação ao contexto em que se manifestam;
- V. Executar a intervenção pedagógica, incidindo sobre os processos inter-relacionais de desenvolvimento e aprendizagem do aluno.

É necessário reestruturar a educação, voltado para as mudanças atuais, como o desenvolvimento tecnológico e que atenda o processo do homem nas suas diversas dimensões. Deve-se estabelecer a articulação entre a escola e a comunidade para se alcançar o objetivo de promover o ser humano como cidadão consciente no seu contexto social e político e atuante na sociedade.

Todas as atividades inerentes à escola, se vê no seu dia-a-dia. A sistematização administrativa deve ter um olhar crítico e conceitual do processo educacional. O planejamento e organização da escola traz segurança a todos os profissionais, alunos, pais de alunos e comunidade em geral. O gestor deve estar atento à todo o procedimento de disciplina de funcionários e alunos, do desenvolvimento de todas as atividades de cada função dos profissionais, do atendimento da manutenção escolar e da execução dos recursos financeiros, bem como formalizar todo o procedimento dessas atividades em regimento próprio da escola.

A equipe unida e coesa reconhece a importância de todos no desenvolvimento das diversas atividades da escola. A direção vê a necessidade de mudança quando alguma coisa não caminha bem ou toma rumo diverso ao proposto. A renovação de ideias através de reuniões com toda a equipe leva ao avanço das propostas que se apresentam para eventuais mudanças ou mesmo execução dos trabalhos cotidianos. Verifica-se assim a construção coletiva, participativa onde todos se sentem parte do processo, onde todos falam a mesma língua, evidência de uma ação de gestão escolar democrática.

O ensino deve ser voltado para a realidade, cujos objetivos educacionais e a relação no ambiente de trabalho são muito importantes para o planejamento participativo na gestão democrática. O gestor deve contribuir para um ambiente harmonioso e de respeito mútuo, onde o crescimento do trabalho e a descentralização de poder irão refletir na sala de aula, no aprendizado, refletindo junto à comunidade escolar.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é um assunto a ser refletido no ambiente escolar. “A formação do aluno no exercício da gestão escolar democrática” mencionada neste trabalho almeja oferecer um olhar mais atento ao aluno, considerando que a escola faz uma grande diferença em sua prática educativa no atendimento a este aluno.

A direção deve reunir sempre com a comunidade escolar para discussão de diversos temas oriundos da própria escola, na perspectiva de uma ação de gestão democrática. Deve apresentar as questões sempre com coerência e verdade, saber ouvir, atento ao que é produtivo e eficaz na resolução e/ou execução do que foi proposto. Ouvir os pais, dar atenção aos seus questionamentos e apresentar-lhes propostas e condições que venham a solucionar as suas demandas favorecem na relação pais/escola e favorecem aos alunos a aprendizagem e comportamento em sala de aula. A gestão escolar não deve perder sua ação democrática e sim vivenciá-la constantemente. Na prática de uma gestão escolar democrática, o amadurecimento da liderança viabiliza uma interlocução de todos os entes ligados diretamente à escola a terem uma participação mais efetiva, propiciando uma transformação e envolvimento conjunto em todas as ações propostas a serem planejadas e trabalhadas no cotidiano escolar.

Oferecer uma educação que atenda uma política de expansão que diminua as desigualdades sociais, assegurar efetivamente a autonomia didática, científica, administrativa e de gestão democrática no âmbito escolar, é quesito obrigatório nas ações de atendimento ao escolar. A sala de aula deve ser o lugar por excelência para a aprendizagem do aluno e para o autoconhecimento do professor, onde ele possa pensar ao vivo, expressando com suas palavras o ensino a ser repassado, no intuito de estabelecer um ambiente coeso para o desenvolvimento eficaz da formação de seu aluno.

Os aspectos mencionados no PPP que refletem os anseios em oferecer a formação do aluno em sua totalidade. A gestão escolar deve promover um espaço democrático onde todos sintam-se como pessoas importantes em sua gestão, como um ato voltado para o desempenho do papel social e político, manifestando suas opiniões. Assim, será possível amenizar as desigualdades e injustiças sociais, onde

o atuar da escola irá possibilitar um aprendizado significativo aos seus alunos, como agentes de transformação social e a acreditar que são capazes de fazer a diferença como cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

#### **4. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO**

Perissé, Gabriel. A arte de ensinar; Ed. Saraiva, 2012, p. 57.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – 31ª Reunião anual da ANPED - Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação, Caxambu-MG, 2008, p. 135-136

BRASIL: Constituição da República Federativa do Brasil.

Berbel, Alexandre Costa. Gestão da Escola, Alabama, 2003, p.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Educação, direito à. Subsídios para a Gestão dos Sistemas Educacionais, Brasília-DF, MEC/SEESP, 2004

#### **5. ANEXO**

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Antônio Prado



**ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO PRADO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**DENIR FERREIRA DE PAULA  
JOSÉ LUIZ DE PAULA E SILVA  
MARIA APARECIDA DE PAULA FERREIRA**

**FRUTAL/2013**



## **ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO PRADO**

### **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Grazielle Mariano Batista Maia do Curso de Especialista (UFMG).**

**FRUTAL/2013**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>1. FINALIDADES DA ESCOLA .....</b>	<b>5</b>
<b>2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>12</b>
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa .....	12
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	16
<b>3. CURRÍCULO.....</b>	<b>20</b>
<b>4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....</b>	<b>29</b>
<b>5. PROCESSOS DE DECISÃO .....</b>	<b>34</b>
<b>6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....</b>	<b>36</b>
<b>7. AVALIAÇÃO .....</b>	<b>38</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>45</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

O presente Projeto Político Pedagógico foi elaborado coletivamente pelas pessoas envolvidas no contexto da escola e está voltado para o compromisso de todos com a melhoria da qualidade do ensino oferecido, bem como o resgate da relação da escola com a comunidade, possibilitando e garantindo uma gestão democrática e parceira que é a principal função da escola pública.

A escola pública tem a tarefa de atender a todos com qualidade, garantindo a posse sistemática do saber científico historicamente acumulado, sem esquecer as experiências de vida e a realidade social de seus educandos (LDB 9.394/96).

Nesse contexto, cabe ao diretor coordenar o trabalho coletivo para que seja realizado dentro de um clima de confiança, responsabilidade, respeito mútuo, cooperação e solidariedade, favorecendo assim para a construção de uma escola em que todos estejam voltados permanentemente para as transformações; para o aperfeiçoamento; para a reflexão sobre sua prática; para a revitalização de valores, crenças e visões de homem e de mundo, tornando a escola um lugar em que os alunos aprendam aquilo que é indispensável para a vida em sociedade.

Considerando essas necessidades, reunimos todos os envolvidos no processo ensinoaprendizagem para traçarmos os objetivos e, a partir da contribuição de todos os segmentos, elaboramos um documento que será o ponto de referência para este ano escolar, buscando e traçando prioridades de acordo com as necessidades e os fatores de realidade da Escola. As expectativas de todos, profissionais e comunidade, serviram de orientação para traçarmos as metas e opções para que, num esforço coletivo, alcancemos um ensino de qualidade, compatível com as reais aspirações, necessidades e possibilidades de nossos alunos.

Para que as metas estabelecidas sejam alcançadas, utilizaremos de todos os recursos e materiais didáticos disponíveis na escola para o desenvolvimento das ações programadas, tendo como responsáveis pela condução do processo os professores, especialistas, sob a coordenação da direção.

Envolveremos os pais e a comunidade, com a finalidade de melhorar o desempenho dos alunos, replanejando e avaliando nossas ações e traçando novas metas.

Os anseios da maioria dos profissionais ao elaborar essa proposta de trabalho estão voltados para a aquisição do conhecimento técnico, no aprimoramento profissional, na qualidade de trabalho, nas relações interpessoais e no desempenho da Escola como um todo, tendo como principal compromisso a melhoria da Escola Pública, sendo necessário que planejem, executemos e

avaliemos constantemente nossas ações procurando sempre nos capacitar para que, num esforço coletivo, alcancemos a construção de uma aprendizagem significativa para nossos alunos.

## **Identificação da Escola**

Nome: Escola Municipal Antônio Prado

Endereço: Rua 06, s/ nº - Povoado de Pradolândia

Cidade: Frutal - MG

Localização: Rural

E-mail: [emapfrutal@hotmail.com](mailto:emapfrutal@hotmail.com)

Telefone: (34) 3425-5115

Criação: Decreto 1º 4576 de 29/12/95

CNPJ: 02292292/0001-09

Modalidade de Ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano

Criação: Decreto Portaria 554/99 de 10/07/99

Nome da Diretora: Adriane Machado de Paula Silva

Número de Alunos: 124

## 1 – FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Antônio Prado tem como princípios legais o que rege o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13/07/1990) e a LBD – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/94, especificamente o que diz o Artigo 3º: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX. garantia de padrão de qualidade;
- X. valorização da experiência extraescolar;
- XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Em cumprimento à legislação educacional e, especificamente o que rege a RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 2, de 11/09/200, a escola se compromete também com a educação inclusiva, buscando superar as concepções conteudista/disciplinar/descontextualizada/burocrática/tecnicista e reducionista para construir uma visão mais complexa das realidades vivenciadas e redimensionar a práxis pedagógica (considerando a diversidade como possibilidade de trocas sociais e de aprendizagem) para o Atendimento Educacional Especializado.

O desenvolvimento do currículo e a organização do tempo e do espaço escolar, levando-se em consideração o respeito às singularidades do desenvolvimento humano, tem as seguintes finalidades:

- VI.** Promover acesso aos conhecimentos socialmente produzidos, historicamente acumulados e culturalmente significados;
- VII.** Estabelecer relações com o aluno, com o conhecimento, com o professor e a equipe escolar, com os colegas e com as famílias, para análise das potencialidades e dificuldades e de como lidam com elas;
- VIII.** Formar e instrumentalizar os alunos para o exercício pleno da cidadania;

- IX. Ampliar as perspectivas e capacidades de produzir respostas pedagógicas à complexidade dos alunos, suas dificuldades e potencialidades, apreciando-as sempre, em relação ao contexto em que se manifestam;
- X. Executar a intervenção pedagógica, incidindo sobre os processos inter-relacionais de desenvolvimento e aprendizagem do aluno.

Dessa forma, essa Escola entende que suas finalidades são amplas e, de acordo com o educador Moacir Gadotti, encontra-se entre as principais responsáveis pelo desenvolvimento social, já que é uma instituição a quem a sociedade imputa a responsabilidade de prestar o ensino formal, criando oportunidades para que os alunos possam se desenvolver, decidir e pensar.

A proposta pedagógica da escola visa contribuir com as políticas e programas de educação, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

## **1.1 – Finalidades Filosóficas**

### **Do Embasamento Teórico-filosófico:**

Fundamentamos nossa proposta na teoria do pensador russo Vygotsky, que defende que a noção de desenvolvimento está atrelada a um contínuo de evolução, em que nós caminharíamos ao longo de todo o ciclo vital. Essa evolução, nem sempre linear, se dá em diversos campos da existência, tais como afetivo, cognitivo, social e motor. Este caminhar contínuo não é determinado apenas por processos de maturação biológicos ou genéticos. O meio (por *meio* entenda-se algo muito amplo, que envolve cultura, sociedade, práticas e interações) é fator de máxima importância no desenvolvimento humano sendo o contexto cultural o palco das principais transformações e evoluções do bebê humano ao idoso. Pela interação social, aprendemos e nos desenvolvemos, criamos novas formas de agir no mundo, ampliando nossas ferramentas de atuação neste contexto cultural complexo que nos recebeu, durante todo o ciclo vital.

Vygotsky enfatizava o processo histórico-social e o papel da linguagem no desenvolvimento do indivíduo. Sua questão central é a aquisição de conhecimentos pela

interação do sujeito com o meio. Para o teórico, o sujeito é interativo, pois adquire conhecimentos a partir de relações intra e interpessoais e de troca com o meio, a partir de um processo denominado *mediação*.

Vygotsky et. al. (1988) acredita que as características individuais e até mesmo suas atitudes individuais estão impregnadas de trocas com o coletivo, ou seja, mesmo o que tomamos por mais individual de um ser humano foi construído a partir de sua relação com o indivíduo.

Dentre todas as abordagens de ensino, escolhemos o sócio-construtivismo e o trabalho com projetos, pois acreditamos que assim estaremos possibilitando um aprendizado diferenciado e significativo, onde o papel do professor é o de mediador, facilitador, que interage com os alunos através da linguagem num processo dialógico.

## **1.2 – Finalidades Políticas**

O art. 205 de nossa Constituição Federal de 1988 é claro:

*A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

A educação escolar é um bem público de caráter próprio por implicar a cidadania e seu exercício consciente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no Ensino Fundamental, por ser gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também dever do Estado na Educação Infantil, sendo que para que tais finalidades sejam alcançadas, é necessário que se crie igualdade de condições para seu acesso e permanência e que seja uma educação de qualidade.

## **1.3 – Finalidades socioantropológicas**

Ser cidadão é, entre outras coisas, agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça e não-violência. Esses valores e atitudes precisam ser apreendidos e desenvolvidos pelo

ser humano. A melhor forma de ensiná-los e aprendê-los é vivenciando-os. O convívio escolar é ambiente propício para que os alunos possam desenvolver atitudes conscientes e coerentes com os valores que desejamos para o convívio social tendo a Escola a finalidade de reforçar a interação entre os indivíduos e seu grupo social, com a comunidade, respeitando valores, culturas e individualidades ao pensar e propor as práticas educativas, buscando alternativas frente a situações adversas.

Nesse contexto, o acolhimento aos alunos com diferentes potencialidades e dificuldades, o papel reservado a eles na instituição, assim como, o cuidado e atenção com suas problemáticas de vida, podem concretizar o respeito mútuo, o diálogo, a justiça e a solidariedade.

## 1.4 – Finalidades Pedagógicas

A metodologia a ser desenvolvida nesse projeto é a sociointeracionismo que parte do pressuposto que o processo de ensinoaprendizagem vai além da relação educando/educador e da interação social do educando, na qual se efetiva a aprendizagem e baseia-se nos quatro pilares da educação: pensar, sentir, tocar e fazer de modo crítico, criativo, significativo, solidário e prazeroso. Segundo Delors, a prática pedagógica deve preocupar-se em desenvolver quatro aprendizagens fundamentais, que serão para cada indivíduo os pilares do conhecimento: **aprender a aprender** indica o interesse, a abertura para o conhecimento, que verdadeiramente liberta da ignorância; **aprender a fazer** mostra a coragem de executar, de correr riscos, de errar mesmo na busca de acertar; **aprender a conviver** traz o desafio da convivência que apresenta o respeito a todos e o exercício de fraternidade como caminho do entendimento; e, finalmente, **aprender a ser**, que, talvez, seja o mais importante por explicitar o papel do cidadão e o objetivo de viver.

Pressupõe:

- um espaço de aprendizagem que vê o educador e o educando como parceiros na construção do saber.
- ampliar as oportunidades de alfabetização dos alunos através de práticas de leitura diversificada e material inovador.



- desenvolver as potencialidades dos alunos no campo das emoções, das habilidades artísticas, desenvolvendo a criatividade e suas formas de expressão.
- resgatar a alegria de aprender por meio de atividades significativas para os educandos, criando brincadeiras, jogos, contribuindo para o desenvolvimento da expressão linguística, artística, corporal e musical.
- utilizar de dinâmicas de grupo, oficinas, técnicas de painel, mesa redonda – diálogo e troca de ideias.
- usar a tecnologia como ferramenta de aprendizagem.

Defendemos uma perspectiva educacional que respeite a diversidade cultural e promova o enriquecimento permanente do universo de conhecimentos.

É imprescindível levar em conta que as crianças desde que nascem são:

- cidadãs de direitos;
- indivíduos únicos, singulares;
- seres competentes, produtores de cultura;
- indivíduos humanos, parte da natureza animal, vegetal e mineral.

Precisam, portanto, ser cuidadas e educadas, o que implica:

- serem auxiliadas nas atividades que não puderem realizar sozinhas;
- serem atendidas em suas necessidades básicas físicas e psicológicas;
- terem atenção especial por parte do adulto em momentos peculiares de sua vida.

As crianças devem ser apoiadas em suas iniciativas espontâneas e incentivadas a:

- brincar;
- movimentar-se em espaços amplos e ao ar livre;
- expressar sentimentos e pensamentos;
- desenvolver a imaginação, a curiosidade e a capacidade de expressão;
- ampliar permanentemente conhecimentos a respeito do mundo, da natureza e da cultura, apoiadas por estratégias pedagógicas apropriadas;
- diversificar atividades, escolhas e companheiros de interação na escola.

A criança, parte de uma sociedade, vivendo em nosso país, tem direito:

- à dignidade e ao respeito;
- à autonomia e participação;
- à felicidade, ao tempo livre e ao convívio social;
- à diferença e à semelhança;
- à igualdade de oportunidades;
- ao conhecimento e à educação;

- aos profissionais com formação específica;
- a espaços, tempos e materiais específicos.
- a um espaço de aprendizagem que vê o educador e o educando como parceiros na construção do saber.
- a ampliar as oportunidades de alfabetização dos alunos através de práticas de leitura diversificada e material inovador.
- a desenvolver as potencialidades dos alunos no campo das emoções, das habilidades artísticas, desenvolvendo a criatividade e suas formas de expressão.
- a resgatar a alegria de aprender por meio de atividades significativas para os educandos, criando brincadeiras, jogos, contribuindo para o desenvolvimento da expressão linguística, artística, corporal e musical.
- a utilizar de dinâmicas de grupo, oficinas, técnicas de painel, mesa redonda – diálogo e troca de ideias.
- a usar a tecnologia como ferramenta de aprendizagem.

Precisam, portanto, ser cuidadas e educadas, o que implica:

- serem auxiliadas nas atividades que não puderem realizar sozinhas;
- serem atendidas em suas necessidades básicas físicas e psicológicas;
- terem atenção especial por parte do adulto em momentos peculiares de sua vida.

A Escola Municipal Antônio Prado tem por missão:

- Oferecer um ensino de qualidade, garantindo a participação ativa da comunidade escolar, buscando constantes melhorias nas condições educacionais que visem assegurar uma educação de qualidade aos nossos alunos para que os mesmos possam ser os construtores de seu próprio conhecimento, sujeito de sua história e agente de transformação social, não apenas informando criticamente, mas, sobretudo formando, através de valores humanos, tão necessários ao cidadão do terceiro milênio, preparados para o exercício da visão profissional e para os desafios do mundo moderno.

## **2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **2.1- Estrutura Organizacional Administrativa:**

A gestão da Escola Municipal Antônio Prado é exercida pela diretora e Colegiado Escolar. A escola tem como prática a tomada de decisão coletiva no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras.

É função específica da diretora ser a articuladora política, pedagógica e administrativa da escola e seus objetivos são coordenar, promover, mediar, administrar e acompanhar o pensar e o agir político-pedagógico-administrativo, além de responsabilizar-se pela organização do cotidiano escolar.

A gestão é desenvolvida de forma coletiva com a participação de todos os segmentos da escola, na elaboração do Projeto Político Pedagógico, nas decisões e encaminhamentos, promove o fortalecimento do Colegiado Escolar, resguardando a legislação em vigor. A abertura para o diálogo constitui a forma de crescimento da escola em todos os seus âmbitos educacionais.

#### **2.1.2 – Colegiado Escolar**

O Colegiado Escolar é o órgão máximo da escola e tem funções de caráter deliberativo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitando as normas pertinentes, tendo por finalidade atuar como o mediador dos anseios da comunidade. É regido por estatuto próprio, tendo como objetivo atender o aluno em seus direitos à educação.

#### **2.1.3 – A Supervisão Pedagógica**

É papel específico do supervisor pedagógico articular o trabalho pedagógico da escola, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo em comum: o ensino e aprendizagem; devendo acompanhar e estimular a melhoria dos resultados e das relações interpessoais, promovendo a valorização do ser humano. A supervisão pedagógica tem o objetivo de delinear com o corpo docente e a comunidade escolar o Projeto Político Pedagógico.

### **2.1.4 – Secretaria**

O serviço de Secretaria é exercido pela secretária e tem como finalidade a execução e controle das normas administrativas da escola e da escrituração escolar.

Também é de competência da secretária atender com presteza e solícitude a comunidade e ao público em geral, prestando informações claras e precisas, relativas à sua área específica.

### **2.1.5 – Auxiliar de serviços**

A equipe de auxiliares de serviços tem como função cuidar da limpeza e da conservação geral das dependências, instalações, móveis e utensílios que estão sob sua responsabilidade diariamente. Promover a higiene, preparo e distribuição da merenda escolar; oferecer um ambiente agradável e acolhedor para a prática de um ensino de qualidade; cabe a eles também colaborar na realização de eventos promovidos pela escola.

### **2.1.6 - Recursos humanos**

Número de Professores Regentes de turma: 16

Número de Professores de Apoio: 04

Número de Especialistas: 01

Número de Profissionais Auxiliares: 01

Auxiliares de Serviços Gerais: 05

Psicopedagoga: 01

Zelador: 01

### **2.1.7- Recursos físicos**

Área de terreno: 5 550 00m<sup>2</sup>

Área disponível: 4 439,96m<sup>2</sup>

Número de salas de aula: 06

Biblioteca :01

Almoxarifado: 01

Despensa: 01

Sala Multimídia: 01

Telecentro: 01

Cantina: 01

Pátio: 01

Galpão: 01

Sala de professor: 01

Secretaria: 01

Banheiros alunos: 02

Banheiros professores: 02

Banheiros motoristas: 01

Sala com varanda (motoristas): 01

Sala de direção: 01

Sala de espera: 01

Consultório dentário: 01

### **2.1.8 - Recursos Financeiros:**

Os recursos financeiros movimentados pela Caixa Escolar são adquiridos através do Ministério da Educação repassados pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por meio do Programa de Acessibilidade do PDE Escola e também pelo repasse anual do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e por rendas de pequenos eventos festivos promovidos pela escola e de doações voluntárias.

A Caixa Escolar da Escola Municipal Antônio Prado foi criada com a finalidade de administrar os recursos provenientes de contribuições, de doações, de promoções, e do repasse anual do PDDE e tem como objetivo colaborar na execução de uma política de concepção da escola como agência comunitária em seu sentido mais amplo, prestar assistência aos alunos carentes de recursos e cooperar na conservação dos equipamentos, mobiliários e estrutura física da escola.

A escola faz a prestação de contas de todos os recursos que recebe, a qual sendo analisada e aprovada pelo Colegiado Escolar, posteriormente é encaminhada a Secretaria Municipal de Educação, estando à disposição para conhecimento de qualquer pessoa da comunidade escolar e averiguações da Controladoria Geral da União bem como do Tribunal de Contas do município e do estado.

A Merenda escolar é adquirida pela Prefeitura Municipal, que é preparada por cardápio elaborado por nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação que prestam assistência periodicamente à escola.

### **2.1.9- Equipamentos**

Para utilização dos alunos: 13 computadores,

Para utilização da Secretaria: 02 computadores

Aparelhos de televisão: 01

Aparelhos de DVD; 01

Aparelhos de vídeo cassete: 01

Aparelho antena parabólica: 01

Aparelhos de CD: 01

Data show: 01

Caixa de som amplificada com microfone: 01

Mimeógrafo: 01

Impressoras: 06

Fogão: 02 – forno: 01 – liquidificador: 01- Geladeira: 01 – freezer

### **2.1.10 Mobiliário:**

Salas de aula com: 20 carteiras com cadeiras, 02 ventiladores, 01 armário, 01 mesa do professor com cadeira.

Telecentro com: 13 computadores, 13 mesas para computadores com cadeiras, 01 ventilador, 01 armário pequeno.

Secretaria: 01 mesa para computador, 01 armário em aço, 01 armário-arquivo em aço, 01 mesa com cadeira,

Diretoria: 4 armários, 01 mesa com cadeira, 01 ventilador.

Sala dos professores: 01 mesa com 6 cadeiras, 1 mesa com uma cadeira, 1 bebedouro elétrico, um armário com 16 repartições, um armário em aço, 6 banquinhos, 1 revisteira.

Biblioteca: 01 armário, uma mesa grande, 4 mesas pequenas redondas com 4 cadeiras cada, 4 prateleiras, 2 cabideiros, 2 ventiladores.

Sala Multimídia: 01 mesa, 70 cadeiras de plástico, 02 ventiladores, 01 prateleira, 01 armário de aço grande.

Sala de espera: 01 poltrona (sofá) pequeno.

## **2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica:**

Segundo os artigos 1º e 2º da LDB 9394/96, compreendemos que “educar não consiste apenas transmitir conhecimentos, mas em desenvolver o processo de ensino e aprendizagem de forma a construir o saber, sobretudo o saber social”. O aluno é o sujeito desse processo que visa a sua formação integral: biológica, material, social, lúdica, afetiva, estética, cultural, política, dentre outras, cuja articulação escola x transformação social permeia esse saber para a construção de uma sociedade justa, solidária e igualitária. Devido a importância que a educação exerce na vida do ser humano, oferecemos um ensino de qualidade, na qual o currículo escolar aborda as características culturais e sociais dos alunos e as aulas são planejadas e ministradas de acordo com os planejamentos e com base nos cadernos do CEALE, Guias do Alfabetizador e CBCs – Conteúdos Básicos Comuns, emanados pela Secretaria de Estado de Educação/MG, livros didáticos e os PCNs. Trabalhamos os temas transversais sempre adequados à realidade do aluno e enriquecemos a prática pedagógica com projetos elaborados pela própria escola e outros sugeridos pela Secretaria Municipal de educação, em parceria com diferentes órgãos da comunidade.

O trabalho com projetos possibilita a construção de uma comunidade democrática dentro da sala de aula, revelando uma rica aprendizagem que é viver a diversidade de um grupo, sabendo respeitar as opiniões dos demais e construindo um espaço de diálogo e confronto de ideias. Os projetos dão novos significados ao vínculo entre escola e realidade social não se limitando às situações artificiais de aprendizagem, favorecendo também o trabalho com os alunos portadores de necessidades especiais.

Os alunos portadores de necessidades especiais serão enturmados de acordo com a idade, experiência e nível de desempenho, mediante avaliação, para posicionamento no Ciclo, no sentido de reforçar a autoestima, o gosto pelos estudos e pela escola, observando-se a legislação vigente. Neste pensamento, a escola além de proporcionar espaços de acessibilidade, busca oferecer aos alunos atividades diversificadas com mobiliário e materiais didáticos pedagógicos adequados para a sistematização do conhecimento valorizando as diferenças existentes, oferecendo um ensino inclusivo de boa qualidade, promove mudanças na escola como um todo, celebrando a diversidade de gênero, raça, etnia, linguagem, origem, nível da aquisição de aprendizagem e/ou deficiência.

A função da escola será ampliada, não restringindo a ensinar a ler e a escrever, mas estruturar essa mudança, levando em conta o currículo, os processos avaliativos, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre os agrupamentos desses e a práxis pedagógica, mesmo que os alunos com necessidades especiais sejam atendidos em salas comuns. A estes alunos é feito o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que é um instrumento norteador da prática pedagógica e é fundamental para o preenchimento da Terminalidade Específica (certificação de conclusão de escolaridade) que, mesmo com os apoios e adaptações necessárias, não alcançaram os resultados de escolarização previstos nos Artigos 32 e 35 da LDB nº 9394/96.

A equipe pedagógica desta escola é consciente que a aprendizagem não acontece apenas no ambiente escolar, mas também nas práticas e relações desenvolvidas em toda a sociedade, por este motivo a práxis pedagógica será desenvolvida em forma de projetos, proporcionando aos alunos o enriquecimento de suas experiências; os projetos serão trabalhados de forma interdisciplinar, com atividades que visam a formação global do educando como cidadão crítico e consciente e tendo como principal função criar condições que garantam o desenvolvimento de capacidade e a aprendizagem de conteúdos necessários à vida em sociedade, oferecendo instrumentos de compreensão da realidade e também favorecendo a participação dos alunos em relações sociais e políticas diversificadas cada vez mais amplas.

A formação de conhecimentos se concretiza por meio de uma construção dinâmica que opera na interação constante entre o saber escolar e os demais saberes sendo observada e valorizada a bagagem de conhecimento que o aluno traz.

Com o intuito de formar cidadãos que possam atuar com competência e dignidade na sociedade, a escola proporciona práticas planejadas de maneira crítica e construtiva dos conteúdos sociais e culturais, aprendendo a respeitar e ser respeitado, a reivindicar direitos e cumprir com obrigações, participando ativamente da vida, valorizando a cultura do seu povo e ao mesmo tempo ultrapassando seus limites dando acesso ao saber elaborado.



Os conteúdos escolares devem preservar um caráter funcional e formativo favorecendo o uso próprio e imediato dos conteúdos aprendidos, considerando que o aluno deva desenvolver instrumentos para reflexão e a produção de seu próprio conhecimento.

Nesta perspectiva, desenvolvemos nosso trabalho voltado para uma educação cidadã que compreende a realização plena do ser humano, respaldado na construção e reconstrução de conceitos e fortalecimento de valores indispensáveis para um convívio saudável e de prosperidade. Para a realização e a concretização do processo ensinoaprendizagem é fundamental a coparticipação da família em uma realização de parceria com a escola, para que juntos possam efetivar a boa qualidade da educação.

O Ensino Fundamental é organizado em dois ciclos com duração de cinco anos, sendo: Ciclo Inicial da Alfabetização com duração de três anos e caracteriza-se pelo desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e capacidades fundamentais ao processo de alfabetização e letramento dos alunos e Ciclo Complementar que tem como objetivo consolidar, ampliar e aprofundar os conhecimentos e capacidades consideradas essenciais ao processo de alfabetização e letramento dos alunos.

Os alunos estão agrupados de acordo com a idade, nível de conhecimento e as habilidades básicas. Avaliados continuamente em todos os conteúdos, tendo como objetivo a formação básica, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, conhecimento, habilidades, atitudes e valores.

A escola atende 124 alunos matriculados em dois turnos:

- No turno matutino: 01 turma da Educação Infantil e 5 turmas dos anos iniciais: 1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano e 5º ano;
- No turno vespertino: 04 turmas dos anos finais do 6º ao 9º ano.

## 2.1- Projetos Pedagógicos

Dentre outros, são desenvolvidos os seguintes Projetos Pedagógicos:

- **Educação Ambiental**: Conscientizar os alunos a poupar os recursos naturais, reduzir o consumo de energia, reciclar o lixo, tornar o nosso ambiente escolar mais agradável e limpo, realizar ações comunitárias capaz de construir uma sociedade onde permita a vida das futuras gerações, numa perspectiva de sustentabilidade.
- **Leitura em Família**: Estimular a prática da leitura de diferentes gêneros textuais, em que é feito o empréstimo de sacolas com vários livros para fazer a leitura em casa com os pais ou responsável.
- **Projeto Teatro na Escola**: Desenvolver competências nas áreas da leitura e na arte da dramatização, pois os alunos interpretarão de forma descontraída e prazerosa os textos lidos.

- **Projeto Contra a Corrupção**: Tem como objetivo evitar que os alunos ajam de forma violenta entre si, orientando-os a serem pessoas que tenham boa conduta e saibam interagir na sociedade sendo cidadãos responsáveis e conscientes.
- **PNAIC**: Projeto em parceria com o MEC, cujo objetivo é que todas as crianças sejam alfabetizadas até oito anos de idade. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC foi implementado no início desse ano e todos os professores da etapa considerada são capacitados continuamente.

### 3 - CURRÍCULO

Atendendo as necessidades do educando, a escola desenvolverá conforme os conteúdos de Base Nacional comum e da Parte Diversificada (em forma de projetos), procurando a globalização dos conhecimentos e assegurando os alunos às ideias básicas necessárias a compreensão dos fatos, o domínio das informações regionais adaptadas às suas necessidades e proporcionando um aprender com sucesso, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e do alunado, previstos na legislação em vigor refletindo a forma de organização de trabalho de nossa escola.

O currículo proposto nesta escola tem como metas reduzir o isolamento entre os componentes curriculares, a organização dos conteúdos, a metodologia do trabalho, a postura dos professores e destina-se à formação do aluno, variando em conteúdo e método, segundo as fases do desenvolvimento e tem, ainda, por finalidades:

- I. Proporcionar aos alunos os conhecimentos científicos, segundo seu desenvolvimento, em todas as áreas do saber, de forma sistemática, progressiva e contínua, através de atividades que os levem a observar, admirar, compreender, aprender, interpretar e analisar os fatos e a realidade natural e social e a desenvolver competências e habilidades necessárias à intervenção adequada nesta mesma realidade;
- II. Favorecer a ampliação do conhecimento nas dimensões do saber, saber fazer, ser e conviver;
- III. Proporcionar aos alunos a oportunidade de articular as experiências, em suas diversas dimensões e características, no sentido de um crescente conhecimento de si, rumo à construção de uma personalidade sólida, equilibrada e integrada;
- IV. Desenvolver o espírito crítico e criativo, como forma de interagir com o meio, face aos novos conhecimentos adquiridos;
- V. Relacionar as áreas que compõem o currículo escolar de modo a propiciar aos alunos uma visão ampla do mundo, do ser humano relacional e do caráter social e político das ciências, na perspectiva de compreensão do universo, de amor à natureza, de comunhão com os homens e as mulheres e de transformação da realidade, tendo em vista a justiça social;
- VI. Oportunizar experiências que possibilitem o desenvolvimento físico e motor, o domínio do próprio corpo e de seus movimentos, a consciência corporal, a

inserção do corpo como elemento de identidade pessoal, social e de convivência, as habilidades de organização e do dever em grupo;

- VII.** Estimular o desenvolvimento da fruição estética, do conhecimento e da expressão artística em suas dimensões plástica, musical e cênica e a formação das habilidades e competências para admirar, compreender, agir e criar no âmbito das artes.

O Currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, complementada por uma parte diversificada, constituindo-se um todo integrado e não podendo ser considerados como dois blocos distintos.

**§ 1º** A articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada possibilita a sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local, as necessidades dos alunos, as características regionais da sociedade, da cultura e da economia e perpassa todo o currículo.

**§ 2º** Voltados à divulgação de valores fundamentais ao interesse social e à preservação da ordem democrática, os conhecimentos que fazem parte da base nacional comum a que todos devem ter acesso, asseguram a característica unitária das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e do Projeto Político Pedagógico desta escola.

Os conteúdos que compõem a Base Nacional Comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho, na cultura e na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais, na área da saúde e ainda incorporam saberes como os que advêm das formas diversas de exercício da cidadania, dos movimentos sociais, da cultura escolar, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos.

Os conteúdos são constituídos por componentes curriculares que, por sua vez, se articulam com as áreas de conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, que favorecem a comunicação entre diferentes conhecimentos sistematizados e entre estes e outros saberes, mas permitem que os referenciais próprios de cada componente curricular sejam preservados.

O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental abrange, obrigatoriamente, conforme o art. 26 da Lei nº 9.394/96, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

**I – Linguagens:**

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Materna, para populações indígenas;
- c) Língua Estrangeira moderna;
- d) Arte; e
- e) Educação Física;

**II – Matemática;**

**III – Ciências da Natureza;**

**IV – Ciências Humanas:**

- a) História;
- b) Geografia;

**V – Ensino Religioso.**

O Ensino Fundamental deve ser ministrado em língua portuguesa, assegurada também às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, conforme o art. 210, § 2º, da Constituição Federal.

O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (art. 26, § 4º, da Lei nº 9.394/96).

A História e as Culturas Indígena e Afro-brasileira, presentes, obrigatoriamente, nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, deverão assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação (conforme art. 26-A da Lei nº 9.394/96, alterado pela Lei nº 11.645/2008).

A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, o teatro e a dança, conforme o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394/96.

A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra a proposta político-pedagógica da escola e será facultativa ao aluno apenas nas circunstâncias previstas no § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394/96. Deverá se ajustar às faixas etárias dos educandos, com até duas aulas semanais, possibilitando ao aluno, participar de diversos jogos, aprendendo a respeitar as regras e à individualidade de cada um.

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das aulas, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo, conforme o art. 33 da Lei nº 9.394/96; será trabalhado de modo em que os alunos possam perceber e refletir sobre a importância da vida e da criação sobre a necessidade de estabelecer uma cultura de paz e não violência, dentro da Ética, Integração e Valores Humanos.

Artes são ministradas de forma a promover o desenvolvimento artístico e cultural dos alunos.

Literatura Infantil (parte diversificada), contribui para o desenvolvimento da leitura, da escrita e promove a criatividade.

Língua Estrangeira Moderna - Inglês será ministrado no 5º ano do Ciclo Complementar e nos anos finais do Ensino Fundamental.

Técnicas Agrícolas faz parte da matriz curricular dos anos finais do Ensino Fundamental.

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento articulam em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual, como:

- I. saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social;
- II. os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90);
- III. preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99);
- IV. educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural.

Outras leis específicas que complementam a Lei nº 9.394/96 determinam que sejam incluídos temas relativos à condição e aos direitos dos idosos (Lei nº 10.741/2003) e à educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97).

A transversalidade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas sociais em uma perspectiva integrada, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010).

A Matriz Curricular contém indicações quanto ao tempo disponibilizando para o desenvolvimento das diversas situações de aprendizagem. É organizado por área de componente curricular, porém flexível.

A metodologia empregada no processo educativo da Escola Municipal Antônio Prado segue a portaria nº 01/2008 de SME, tendo por princípios:

- I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. A compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade e de tolerância recíproca, em que se assenta a vida social.

O uso do laboratório de informática possibilita o aluno a familiarizar-se com o computador. O computador será usado como um instrumento pedagógico moderno, já que o mesmo despertará no aluno o prazer de estudar, exercitar a prática de pesquisar nas aulas sobre os conteúdos das disciplinas do currículo no laboratório, auxiliando o desenvolvimento de raciocínio e incentivando a pesquisa permanente em torno de novas informações.

Os recursos didáticos existentes na escola serão utilizados para o desenvolvimento

curricular, trabalhando de forma contextualizada, interdisciplinando os conteúdos das diversas áreas, oportunizarão a formação de um cidadão crítico, criativo, reflexivo, pronto para aprender a aprender, aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conviver e enfrentar os desafios da sociedade moderna, dando-lhe condições de intervir, transformar e mudar a sua realidade.

É função da escola, dentre outras, apresentar ao aluno, com os instrumentos de cada disciplina, as possibilidades de leitura das dimensões do todo, integrando-as interdisciplinarmente, para uma visão complexa da realidade.

Ética e cidadania, trabalho e consumo, desigualdades sociais, educação sexual, educação para a saúde, educação ambiental, informática, tecnologias são realidades do mundo atual, entre outras, que a escola deve trabalhar, de forma integrada e interdisciplinar, como ponto de partida para a compreensão da complexidade dos fenômenos sociais em suas contradições. O seu tratamento no currículo pode viabilizar um novo rosto aos conteúdos escolares, tendo em vista a formação para a cidadania.

### **Dos Conteúdos Curriculares**

Atendendo as necessidades do educando a escola desenvolverá conforme o Plano de Desenvolvimento da Escola, os conteúdos da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada (em forma de projetos), procurando a globalização dos conhecimentos e assegurando aos alunos as ideias básicas necessárias a compreensão dos fatos, o domínio das informações regionais adaptadas às suas necessidades e proporcionará um aprender com sucesso.

A orientação para o trabalho terá tratamento globalizado nos diversos conteúdos curriculares:

#### **3.1 - O Currículo da Educação Infantil**

O currículo da Educação Infantil, etapa inicial de uma educação de caráter geral contempla o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Este currículo, aberto e flexível, marcará a trajetória de construção da realidade escolar, para formar sujeitos capazes de tomar decisões e intervir na sua comunidade, mudando o que precisa e pode ser transformado e aceitando e convivendo com as diversidades de modo crítico e solidário.

De acordo com os Referenciais/MEC, os conteúdos curriculares compreendem dois âmbitos a serem desenvolvidos na Educação Infantil:

- **Formação Pessoal e Social:** refere-se às experiências que favorecem a construção da criança para desenvolvimento de capacidades de natureza global e afetiva, seus



esquemas simbólicos de interação com os outros e como meio, abarcando um eixo denominado **Identidade e Autonomia**.

- **Conhecimento de Mundo:** O domínio progressivo das diferentes linguagens que favorecem a expressão e comunicação de sentimentos, emoções e ideias das crianças, propicia a interação com os outros e facilita a mediação com a cultura e os conhecimentos constituídos ao longo da vida. Este âmbito abarca os seguintes eixos: Movimento, Artes Visuais, Música, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade, Matemática.

### **3.2 - O Currículo nos Anos Iniciais (Regime de Ciclos)**

Nos primeiros cinco anos do Ensino Fundamental, o currículo destina-se à formação integral do aluno, variando em conteúdo e método, segundo as fases do seu desenvolvimento. Tem como princípio o respeito à individualidade e o próprio ritmo de aprendizagem do aluno.

Articulada à alfabetização e letramento, a programação curricular será estruturada de forma gradativamente, ampliando capacidades e conhecimentos partindo dos mais simples aos mais complexos.

Todos os recursos materiais e didáticos existentes na escola serão utilizados para o desenvolvimento curricular, tendo o corpo docente como responsável para serem feitos levantamento de dados e informações necessárias ao replanejamento das ações, identificação dos conteúdos nos pontos críticos que necessitem de atenção imediata para promover a melhoria da aprendizagem, fazer a intervenção pedagógica, unir esforços para tornar realidade as atividades planejadas e conseguir o melhor rendimento no contexto geral da escola e assim obter um melhor desempenho dos alunos.

O currículo compreenderá estudos sobre Direito das Crianças e dos Adolescentes, tendo como a diretriz a Lei nº 8069, de 13/07/1990, que institui o Estatuto da Criança do Adolescente, que deverão ser trabalhados dentro e fora da sala de aula.

### **3.3 - O Currículo nos Anos Finais (Regime de Seriação)**

A Escola Municipal Antônio Prado visa a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, sendo necessário a compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade.

Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, os componentes curriculares serão desenvolvidos:

- I. Na vida cidadã através da articulação entre os vários aspectos: saúde, sexualidade, vida familiar, meio ambiente, trabalho, ciência, tecnologia, cultural e linguagens;
- II. Nas áreas de conhecimento: língua portuguesa, matemática, geografia, história, ciências, língua estrangeira moderna Inglês, artes, educação física, técnicas agrícolas e ensino religioso.

Nesta escola os componentes curriculares são desenvolvidos na sala de aula e nos diversos ambientes como: Biblioteca, comunidade, manifestações culturais, Laboratório de Informática e Telecentro.

### **3.4 - O Currículo Diferenciado**

Na Escola Municipal Antônio Prado, o atendimento inclusivo existe para que os alunos possam aprender de uma forma apropriada e justa os conteúdos curriculares do ensino comum, o que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

Quanto ao desenvolvimento das habilidades e competência para construção de novos conhecimentos, o aluno elabora conhecimento para si mesmo, o que é fundamental para que consiga alcançar o conhecimento acadêmico, pois ele não depende de uma avaliação externa, mas de novos parâmetros relativos às suas conquistas diante do desafio na assimilação e construção do conhecimento.

## 4 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O ano letivo possui 200 dias letivos, com carga horária de 800 horas anuais, de trabalho escolar para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A utilização do tempo escolar será destinada para ensinar e aprender, pois o aluno tem o direito de ter seu tempo escolar ocupado com um ensino de qualidade.

Nos últimos anos, o tempo de escola vem sofrendo mudanças em sua definição, tendendo a ser compartilhado com o novo tempo social, baseado na cultura urbana e está determinado por várias demandas que às vezes estão relacionadas ao bem estar das crianças, ou das necessidades do Estado e da sociedade e ainda a rotina da família.

Pesquisas revelam que maior duração do tempo letivo apresenta alta incidência de relações positivas com o rendimento dos alunos.

Nosso tempo está organizado de acordo com o disposto nos itens I, II e III do Artigo 11 da Lei n.º 9394/96, de 20/12/1996, na Resolução CNE/CEB n.º 2, de 07/04/1998, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, nos Pareceres n.º 1132/97 e n.º 1158/98 do Conselho Estadual de Educação, na Resolução SEE/MG n.º 1086, de 16/04/ 2008 e da Portaria Interna SME/Frutal Nº 001, De 04/11/2008, ou seja, pelo sistema de ciclos e conseqüentemente a progressão continuada que muitas vezes é contradita por posições que contrapõem os aspectos que norteiam esse sistema; outros acreditam que o ciclo amplia as possibilidades de sucesso escolar, uma vez que propicia relação mais flexível e dinâmica entre o tempo disponível, os objetivos curriculares e o ritmo de aprendizagem dos alunos.

A ampliação do Ensino Fundamental para nove anos representa um avanço importantíssimo na busca da inclusão e êxito das crianças das camadas populares em nossos sistemas escolares. Ao iniciarem o Ensino Fundamental um ano antes, os estudantes passam a ter mais oportunidades para mais cedo começarem a se apropriar de uma série de conhecimentos, entre os quais ocupa um lugar especial o domínio da escrita alfabética e das práticas de ler, compreender e produzir textos.

Os educadores precisam estar atentos a todos os momentos de aprendizagem nos tempos em sala e fora dela, definindo e organizando seu trabalho com o firme propósito de melhorar a qualidade do ensino.

O planejamento da escola é feito por grupo de professores, anualmente, para cada nível de ensino sob a orientação dos especialistas, considerando: a realidade do alunado, o nível de aprendizagem, o calendário escolar elaborado pela Secretaria Municipal de Educação que prevê duzentos dias letivos (de fevereiro a dezembro), cinco dias semanais (de 2ª a 6ª feira). Os

educandos juntamente com os educadores permanecem quatro horas de aula diariamente, desenvolvendo efetivamente atividades curriculares estabelecidas pela grade curricular em sala de aula, num total de oitocentas horas anuais.

Há ainda o tempo destinado às atividades a serem cumpridas fora do horário escolar, realizadas em espaços formadores como: as tarefas de fixação e de pesquisa realizadas em casa diariamente; as atividades de incentivo a leitura realizadas na sala da biblioteca; as aulas de xadrez destinadas aos alunos do 5º ano realizadas no laboratório de informática semanalmente. As atividades esportivas, culturais e de lazer são realizadas na quadra de esportes.

Após a divulgação dos resultados das Avaliações externas (SIMAVE), elabora-se o Plano de Intervenção Pedagógica (PIP) para atendimento aos alunos com baixo desempenho.

Todos os espaços são otimizados e definidos para que os alunos e educadores deles se apropriem. As salas de aula são amplas e arejadas, dispõem de materiais didáticos variados e o mobiliário permite deslocamento, onde professores e alunos podem usar de sua criatividade, construindo ambientes de acordo com sua identidade. Possui espaço fora da sala permitindo adequação dos espaços sempre que considerarem oportuno para dinamização das aulas e interação com outros espaços.

Durante o ano, professores e alunos vivenciam outros espaços, através de excursões, torneios esportivos, teatros, tendo a oportunidade de fazer deslocamentos e entender as múltiplas funções que os espaços têm para atender as necessidades dos alunos e da importância para sua formação como cidadãos.

A escola criará estratégias para organização e reorganização do tempo e do espaço escolar, visando o melhor aproveitamento do seu corpo docente, de modo a possibilitar ações pedagógicas para o atendimento diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem.

#### **4.1 - O Calendário Escolar**

A escola elabora seu próprio Calendário Escolar, seguindo o determinado nos Artigos 23 e 24 da LDB nº 9394/96 e procurando atender às conveniências da comunidade para posterior aprovação da Secretaria Municipal de Educação.

Os dias escolares são definidos conforme legislação específica:

- Os dias escolares serão destinados às atividades de planejamento, atualização, pesquisa, produção coletiva, formação permanente, colaboração com a administração da unidade, participação em reuniões, eventos e outras atividades

inerentes ao projeto pedagógico da Escola.

- São dias letivos aqueles que envolvam professores e alunos em atividades escolares de caráter obrigatório, relacionado com o processo ensinoaprendizagem, independente do local onde elas desenvolvam.

#### **4.1.2 - O Controle da Frequência Escolar**

Tem por objetivo o registro da presença do aluno nas atividades escolares programadas, das quais está obrigado a participa, em pelo menos 75% do total da carga horária prevista. A escola tem o dever de zelar pela assiduidade de seus alunos, adotando, para tanto, medidas preventivas no decorrer do ano letivo. Nos casos de infrequência, a escola deverá comunicar os pais e, não sanando a situação, comunicar as autoridades competentes (Ministério Público e Conselho Tutelar) para providências cabíveis e o devido acompanhamento da família.

#### **4.1.3 - A Matrícula Escolar**

As matrículas serão realizadas obedecendo às determinações da Emenda Constitucional nº 14/96 das Leis Federais nº 9.394/96 e 9.424/96. Serão admitidos na Educação Infantil, os alunos de 5 anos de idade ou a completarem até 30 de março do ano em curso e no 1º ano do Ensino Fundamental, os alunos a partir de 6 anos, ou a completar até a data de 30 de março do ano em curso. Os alunos que necessitam de AEE - Atendimento Educacional Especializado - terão sua matrícula efetuada observando-se a enturmação adequada.

Essa Escola garantirá o acesso ao Ensino Fundamental em qualquer época do ano, independente da promoção do aluno e será efetuada pelo pai/mãe ou responsável ou pelo próprio aluno (maior de 18 anos), observadas as diretrizes para atendimento da demanda escolar e os seguintes critérios:

- I. Por ingresso no ensino fundamental, de acordo com a idade e data base;
- II. Por classificação.

#### **4.1.4 - Da Classificação**

O recurso da classificação servirá para posicionar o aluno no ano / ciclo em que corresponda a sua faixa etária e nível de conhecimento, em sua matrícula inicial ou por transferência de outras escolas situadas no país e no exterior, ou por avaliação independente de escolarização anterior, ajustando-o de acordo com suas experiências e seu nível de desempenho.

#### **4.1.5 - Da Reclassificação**

O recurso da reclassificação constitui-se no reposicionamento do aluno no seu nível de estudo e pode ser feita quando ocorrer avanço, aceleração, transferência indicando uma posição do aluno que será modificada na escola de destino. A reclassificação define o período adequado ao prosseguimento de estudos do aluno, tendo como referência a correspondência idade/série e avaliação de competências nas matérias da Base Nacional Comum do Currículo.

#### **4.1.6 - Da Terminalidade Específica**

De acordo com a Orientação SD nº 01/05 da SEE/MG, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 17/2001, a Terminalidade Específica é uma certificação de conclusão de escolaridade expedida aos alunos de inclusão com grave deficiência mental ou múltipla que, mesmo com os apoios e adaptações necessárias e, uma vez esgotadas as possibilidades apontadas nos Artigos 24 e 26 da LDBEN, não alcançarem os resultados de escolarização previstos nos Artigos 32 e 35 dessa mesma lei. Para que a Terminalidade Específica não resulte em prejuízos aos alunos, deverá ser pautada pelos seguintes critérios:

- I. Realização de um processo avaliatório descritivo, com base no PDI e nos termos do Parecer CEE nº 1132/97 e do Parecer CEE nº 1158/98.
- II. Oferecimento, ao aluno, do tempo relativo a duração do Ensino Fundamental, acrescido da flexibilização de até 50%, quando comprovada a sua necessidade em avaliação pedagógica e registrada no PDI;
- III. Comprovação de que ao aluno foi oferecida a possibilidade de percurso pelas etapas constitutivas do nível de escolarização correspondente ao Ensino Fundamental;
- IV. O envolvimento da família durante todo o processo.

O Certificado de Conclusão/Terminalidade Específica será expedido no mesmo modelo padrão estabelecido (Histórico Escolar), resguardando-se os critérios acima mencionados. É fundamental o preenchimento de todos os campos do documento, retratando de maneira completa a vida escolar do aluno.

## **5 – PROCESSOS DE DECISÃO**

Ter espaço para o processo de decisão coletiva na escola possibilita o diálogo em torno das diversas situações que surgem nas áreas administrativa, pedagógica e financeira, onde os participantes tomam ciência de assuntos tão relevantes para o fortalecimento da instituição como um todo, pois o envolvimento dos pais, da comunidade e a participação direta da equipe escolar nos processos de decisão levam em conta quais as decisões a serem tomadas e que tenham o propósito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento de todos os alunos.

Ao analisar sobre o processo de ensino e aprendizagem, os professores chegaram à conclusão de que as famílias estão alheias aos processos educacionais e que é necessário propor atividades de envolvimento das mesmas com a escola, no sentido de que venham a entender melhor esse processo. Os pais, por sua vez, entendem que é preciso fazer algo mais e paulatinamente vão percebendo que a escola é um local que eles também poderão se posicionar e terem voz na condução dos rumos da escola.

Ao perceber que o diálogo é a base desses processos e que as decisões visam garantir o melhor para ele, o aluno sente mais confiança e sabe que poderá expor suas ideias e que será ouvido. Esses processos acontecem nos órgãos colegiados que tem poder de decisão na escola.

### **5.1 - O Colegiado Escolar**

Os membros do Colegiado Escolar, titulares e suplentes são indicados pela comunidade escolar, por segmentos mediante processo de eleição para exercer o mandato por dois anos. Tem a participação de professores, servidores, alunos maiores de 18 anos e família, sendo o diretor da Escola o presidente nato do colegiado.

O colegiado terá funções de caráter deliberativo nos assuntos referente à gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitadas as normas pertinentes. Cabe aos membros do colegiado dar parecer sobre o Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, processo de ensino e aprendizagem e avaliações internas e externas; propor e acompanhar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da escola; decidir questões de interesse de aluno ou de seu familiar, quando não implicar em pronunciamento de competência exclusiva do sistema de ensino.

#### **5.1.2 - O Conselho de Classe**

É um órgão colegiado que tem por objetivo a avaliação coletiva do processo de aprendizagem do aluno;

O Conselho de Classe é composto pelo corpo docente e técnico pedagógico, é coordenado pelo Diretor ou por outro profissional por ele indicado.

Compete ao Conselho de Classe subsidiar a construção do Projeto Político Pedagógico da escola, servindo de fórum de discussão no período letivo, para definição de:

- Metodologia e estratégias de ensino;
- Critérios de seleção de atividades curriculares;
- Projetos coletivos de ensino e atividades;
- Formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso escolar;
- Critérios para apreciação do desempenho dos alunos ao longo e ao final do período letivo;
- Critérios para enturmação e / ou agrupamento de alunos / crianças;
- Elaboração de fichas de registro de desempenho do aluno para o acompanhamento e o controle pedagógico do professor, para informar a família e fornecer *feedback* ao aluno;
- Formas de relacionamento com a família;
- Propostas curriculares diversificadas em função dos interesses e necessidades do aluno.

A escola promoverá 4 reuniões de Conselho de Classe durante o ano letivo ou quando se fizer necessário. As reuniões do Conselho de Classe terão sentido se vier a se configurar como espaço não da análise do desempenho do aluno, mas também de desempenho da própria escola e a proposição de novos rumos para a ação educativa.



## 6 - RELAÇÕES DE TRABALHO

A educação é uma atividade humana e histórica que se define na totalidade das relações sociais, inclusive no trabalho. Todos os profissionais desta escola, cada um na sua função e no exercício de suas atribuições, são também educadores em potencial.

A diretora da escola desenvolve uma Gestão Democrática, priorizando o trabalho em equipe, construindo um ambiente escolar que privilegie a cultura organizacional, buscando a participação da família, sinalizando a busca de uma identidade própria, dinâmica, disposta a prestar contas de sua atuação. Ela exerce um papel político pedagógico em que a gestão se efetive por meio de processos de articulação entre todos os que compõem a comunidade escolar. Compete à diretora o papel de incentivadora de ações colegiadas na escola.

O papel do professor é o de mediador do conhecimento, pois ele planeja, viabiliza, propõe, coordena e avalia o processo de realização das atividades desenvolvidas e através destas interações, os conhecimentos significativos vão sendo apropriados pelos alunos.

O professor deve estar sempre atento para que seus alunos reflitam e refaçam o que for preciso, além disso, deve questionar e desafiar seus alunos para que estes levantem dados, hipóteses e procurem encontrar formas para realizar o que foi proposto. Conduzir estas contribuições individuais numa perspectiva coletiva, elevando o conhecimento a níveis mais elaborados, é um dos papéis mais importantes do professor; pois a educação não é um ato isolado ou neutro e o professor possui uma dimensão política que o leva a querer ir além de ser apenas um transmissor de conhecimento.

O papel do aluno é o de produtor da sua história e agente transformador do seu crescimento e desenvolvimento. Tudo articulado aos processos de apropriação do conhecimento disponível em sua cultura. O aluno precisa adquirir habilidades e competências no enfrentamento da realidade, pois só conseguirá se desenvolver bem em sua plenitude quando articular bem as suas múltiplas potencialidades e o conhecimento escolar é fundamental nesse processo. A escola considera importante discutir com os alunos as normas de conduta que eles devem observar. O convívio com regras e normas no ambiente escolar irá contribuir de forma significativa para formação plena do cidadão. O aluno deve ser interativo, envolvido e corresponsável por todo trabalho desenvolvido na escola em prol de um ensino de qualidade.

Este documento tem a finalidade de propor medidas que levem o profissional do ensino a exercer uma postura de proatividade, com ações que identifiquem seu efetivo engajamento e sua ampla participação na tomada de decisões e no desenvolvimento dos projetos pedagógicos na escola.

Em nossa escola, as relações de trabalho tem caráter pedagógico e visam contribuir para a melhoria do ensino em prol de desenvolvimento integral do aluno e também para o desenvolvimento de um grupo de profissionais éticos e comprometidos com uma educação de qualidade.

## 7 - AVALIAÇÃO

De acordo com a Portaria nº 01/2008 da Secretaria Municipal de Educação, “a escola deverá acompanhar sistematicamente a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias de atendimento diferenciado para sanar as dificuldades evidenciadas”, visando alcançar o sucesso do aluno.

A avaliação deve ser diagnóstica, dinâmica, reflexiva, contínua e cumulativa resultado de uma interação efetiva entre professor – aluno – conhecimento. Os resultados das avaliações devem possibilitar ao aluno um momento de reflexão, dando a ele a oportunidade de rever e refazer suas produções.

Visando o redirecionamento da ação pedagógica para a construção do conhecimento, a concepção da avaliação será:

- **Processual** - ocorre contínua e permanentemente no decorrer do processo da aprendizagem.
- **Dinâmica** - Utiliza diversos instrumentos e procedimentos para um melhor conhecimento e acompanhamento do aluno nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores.
- **Problematizadora** - Investiga o desenvolvimento e a necessidade do aluno para a intervenção na realidade, tornando se autorregulação do processo de ensino e aprendizagem e ainda levanta dados para a compreensão do processo e para a reflexão do professor sobre sua prática pedagógica.

É feita a avaliação diagnóstica da aprendizagem no início do ano letivo, cujo resultado serve para verificar os aspectos programáticos já vencidos e possibilitar a continuidade do desenvolvimento do programa em cada turma escolar.

Na apreciação de aspectos qualitativos é levada em conta a compreensão dos fatos, a percepção de relações, a aplicação de conhecimentos, a capacidade de análise de síntese, além de outras habilidades, devendo ser evitado a aferição de dados apenas memorizados, nos aspectos quantitativos que dizem respeito ao volume de aprendizagem e de conhecimentos adquiridos. Por aspectos qualitativos entende-se o interesse, assiduidade, participação, estética, capacidade do aluno de se relacionar em grupo e a autoavaliação: instrumento indispensável ao seu desenvolvimento no processo ensinoaprendizagem. Por aspectos quantitativos entende-se como um índice de aproveitamento entendido como limites de desenvolvimento dentro dos parâmetros estudados, no entanto, não possui caráter punitivo ou de instrumento para retenção do aluno.

A avaliação do desenvolvimento do aluno deve possibilitar:

- O replanejamento didático, visando garantir a efetividade do processo ensinoaprendizagem.

- A permanente informação ao aluno, quanto a seu desempenho ou em relação aos objetivos do currículo.
- O planejamento dos estudos de recuperação paralela, de acordo com as necessidades do aluno.
- O fornecimento de dados para a autoavaliação da escola e informação a comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar.

Os instrumentos de avaliação serão elaborados pelos professores. Na sua elaboração é levado em conta a fluência da criatividade e do senso crítico dos alunos em relação aos assuntos abordados.

Ao final de cada bimestre, os resultados são apresentados aos pais por escrito.

As médias bimestrais dos anos iniciais são expressas em conceito:

**Conceito A** – alcançou suficientemente os objetivos de ensino propostos.

**Conceito B** – alcançou parcialmente os objetivos de ensino propostos

**Conceito C** – com um pouco mais de esforço conseguirá alcançar os objetivos de ensino propostos.

A avaliação na Educação Infantil terá características diagnósticas de acompanhamento do processo contínuo que objetiva analisar a forma com que a criança elabora seu conhecimento e não terá caráter de retenção, nem de seleção das crianças.

Na Educação Infantil, nos Ciclos da Alfabetização e Ciclo Complementar os registros bimestrais e registros finais da verificação do desempenho escolar serão feitos através de Fichas Individuais de Acompanhamento e Verificação da Aprendizagem e nos anos finais será anotado no diário do professor, na Ficha Individual do Aluno e Carteira Escolar.

As notas nos anos finais do Ensino Fundamental terão o total de 100 pontos, assim distribuídos:

- Para cada bimestre 25 (vinte e cinco) pontos distribuídos em avaliações, trabalhos individuais ou em grupos e conceitos.
- O valor mínimo para aprovação é de 50% (cinquenta por cento) ao final do ano letivo.
- Caberá ao Professor a definição de como serão distribuídos os 25 (vinte e cinco) pontos por bimestre, em avaliações, trabalhos individuais e/ou em grupos e conceitos, devendo ser discutido o real significado das atribuições, para que tenham efeito qualitativo na dimensão cognitiva, nos aspectos culturais, sociais, biológicos e afetivos do aluno com vistas ao sucesso do

processo de ensino e aprendizagem.

### **7.1 - Progressão Continuada**

A escola deverá, ao longo de cada ano dos ciclos, acompanhar sistematicamente a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias diversas para sanar as dificuldades evidenciadas. A progressão Continuada fará parte intrínseca do processo de aprendizagem contínua dos alunos, para que sejam sanadas as dificuldades evidenciadas e garantidas as condições para o prosseguimento dos estudos, sem interrupção.

No decorrer do ano letivo, a Equipe Pedagogia da Escola deverá proceder ao agrupamento dos alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas para que seu atendimento diferenciado aconteça pelo tempo que for necessário. Vencidas as dificuldades, os alunos serão integrados às turmas correspondentes a idade/ano de escolaridade.

### **7.2 - Progressão Parcial**

A progressão parcial é adotada nos quatro últimos anos finais do Ensino Fundamental. Poderá beneficiar-se da Progressão Parcial o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas.

Ficará retido no ano em curso, o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em três ou mais disciplinas, incluindo-se nesse cômputo as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial. Para efeito da definição da retenção do aluno, cada disciplina deve ser computada apenas uma vez, independentemente dos anos em que incidir, tendo em vista que a recuperação deve ser planejada considerando as aprendizagens fundamentais de cada área e as necessidades básicas de desenvolvimento do aluno. O aluno concluirá o nível de ensino somente quando obtiver a aprovação nas disciplinas em que se encontrar em regime de progressão parcial

### **7.3 - Recuperação Paralela**

Será proporcionada ao aluno com dificuldades de aprendizagem por meio de aulas, atividades, intervenção pedagógica de acordo com a especificidade de cada situação, através de aulas com o professor recuperador e orientação individual, no momento em que o aluno apresentar deficiências.

A recuperação paralela deverá ser uma intervenção no processo educativo, com atividades de estudos que se desenvolverão ao longo do processo de ensino e aprendizagem como uma nova oportunidade que leve o aluno ao desempenho esperado. As atividades de reforço escolar serão elaboradas a partir da análise das informações registradas nas fichas de avaliação e do diário de classe. É competência do professor-recuperador desenvolver atividades significativas e diversificadas capazes de conduzir o aluno a superar as dificuldades de aprendizagem.

#### **7.4 - PIP - Plano de Intervenção Pedagógica**

O PIP - Plano de Intervenção Pedagógica - é elaborado para atender os alunos que demonstram dificuldade de aprendizagem, não correspondendo ao desempenho mínimo esperado. É uma estratégia de apoio à escola que garante acompanhamento, orientação e materiais didáticos necessários para que os professores reflitam sobre a prática educativa e possam elaborar atividades diferenciadas a fim de sanarem as dificuldades de aprendizagem dos alunos, desde a interpretação, leitura de imagens, operações, raciocínio lógico e ortografia.

A intervenção se dá de forma coordenada entre a diretora, especialista e o corpo docente da escola, visando propor alternativas eficazes para sanar as lacunas de aprendizagem dos alunos no decorrer do processo. Essas intervenções pedagógicas são feitas de acordo com os resultados das avaliações internas e nos descritores de menor desempenho das avaliações externas. A melhoria do desempenho escolar é o centro de todas as metas e ações do PIP.

#### **7.5 - PDI - Plano de Desenvolvimento Individual**

A Escola organizará o PDI, conforme normas da Instrução SEE / SOE / DIFE nº 01/2008 e nos termos do parecer CEE nº 1132/97 e do parecer CEE nº 1158/98, constituindo-se um documento de fundamental importância para a escola e para a família no acompanhamento da trajetória do aluno.

Nele constarão registros desde o início da vida escolar do aluno, os quais deverão ser atualizados continuamente, em função do desenvolvimento e aprendizagem, alcançados para que as informações sejam discutidas e registradas sistematicamente. Esta organização vem criar para a escola a oportunidade de ouvir o aluno, a família e mediante parcerias, outros profissionais que atuam com o aluno.

Ao considerar a particularidade de cada indivíduo, o professor poderá ter um outro olhar para seu aluno, enxergando no outro suas semelhanças e diferenças. Pois se entende que a ideias de padronização dá margem ao entendimento das diferenças como desvio, patologia, anormalidade, deficiência, defasagem, desigualdade, o trato preconceituoso das diferenças produz práticas intolerantes e autoritárias. Sendo o aluno o sujeito do processo de ensino e aprendizagem e autor de sua própria história, o PDI torna-se um instrumento único, cuja avaliação é feita individualmente, conforme suas potencialidades e dificuldades.

#### **7.6 - Avaliações Sistêmicas ou Externas**

A Escola Municipal Antônio Prado participa das avaliações sistêmicas ou externas do SEAB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) (Prova Brasil e Provinha Brasil) e do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública) PROALFA e PROEB.

Os resultados das avaliações são fundamentais para a elaboração do PIP - Plano de Intervenção Pedagógica, na descrição de ações e estratégias pedagógicas de acordo com a matriz de referência e dos descritores analisados, bem como o percentual do índice de proficiência alcançado em cada turma e devem ser considerados no planejamento didático.

### **7.7 - Avaliação Institucional**

É feita uma pesquisa ao final do ano letivo com a comunidade escolar para verificar a aceitação do trabalho desenvolvido pela escola, cujo resultado é levado em conta para avaliar com a equipe de profissionais todas as atividades desenvolvidas durante o ano para replanejar as ações educativas para o período seguinte.

A escola Municipal Antônio Prado utiliza registros de avaliação institucional através de reuniões com a comunidade escolar para análise de sua atuação na gestão administrativa, pedagógica e financeira, buscando sugestões para sua melhoria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que este Projeto Político Pedagógico contribua para o exercício continuado do processo de reflexão dos educadores comprometidos com a revitalização da escola numa perspectiva transformadora da educação, pois a qualidade de atuação da Escola Municipal Antônio Prado não depende somente da vontade individual, mas sim da participação coletiva desta equipe, aliada ao envolvimento da comunidade escolar, que está sempre interessada e disposta em oferecer um ensino de qualidade. A equipe de profissionais da escola é consciente de suas responsabilidades e com ações proativas procura fazer desta escola um ambiente acolhedor, que seja capaz de unir pessoas e efetivar ideais de transformar sonhos em benefício de nossas crianças. Concede oportunidade a todos de desenvolver um senso de pertencimento favorecendo a tomada de decisões em prol do objetivo maior da escola que é permitir o avanço dos alunos e promover uma educação de qualidade.

Nosso maior compromisso no cumprimento deste plano é com a mudança da Escola Pública, sob a luz dos parâmetros que dinamizam a gestão democrática. Para tanto, temos consciência de que, para sua realização, é necessário planejar, executar e agir de maneira compartilhada, procurando vencer os objetivos e as metas almejadas, superando desafios, propondo novos modelos.

Este documento é importante para direcionar a prática pedagógica e, devido a sua flexibilidade democrática, fica sujeito a mudanças conforme as necessidades coerentes do grupo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BRASIL** Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394 de 20/12/1996

**BRASIL**. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069 de 13/07/1990.

**AFONSO**. Almerindo Janela Reforma do Estado e Políticas Educacionais: entre a crise do estado – nação e a emergência da regulação supranacional. Educ Soc. Campinas V.22, n 75.2001 Disponível em : <http://www.scielo.br>

**BARRETO**, E.S.S. Propostas Curriculares Oficiais. São Paulo : Fundação Carlos chagas 1995.

**VYGOTSKY**, L. S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone. 1988.

**DELORS**, J. (Org.) Educação, um tesouro a descobrir: Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: MEC, UNESCO. 1998.

**AZEVEDO** J.C. Escola cidadã: a experiência de Porto Alegre in Oliveira, D.A. e DUARTE, M.R.T ( orgs) Política E Trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO** Secretaria de educação Básica. Conselho Escolar e aprendizagem na escola. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 31-35 ( Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos escolares, caderno 2, parte V.

**SOUZA**, Ângelo Ricard Planejamento e trabalho coletivo . Texto: caminhos possíveis na construção as gestão Democrática da escola . Curitiba: Ed. Da UFPR 2005, p. 15-22.68 p. ( gestão e avaliação da escola pública)

**NAVARRO** , Ignez Pinto. “Gestão da educação escolar” – BRASIL . Ministério da Educação . secretaria de educação Básica. Brasília : UNB /CEAD , 2006,p.22

## ANEXOS

### ANEXO I

#### Projetos a serem desenvolvidos por Lei no Calendário Escolar.

- Dia Nacional da Consciência Negra: Lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003  
(Comemoração dia 20 de novembro):
  - Trabalhar com a diversidade de raças e origens.
  - Garantir o respeito e o amor a todos, sem qualquer tipo de preconceito.
- Uso de Drogas e dependência Química: Lei Nº 13.411 de 21 de dezembro de 1999
  - Trabalho contínuo durante todo o ano letivo com presença de especialistas para conferencias, palestras para prestarem depoimentos e relatar experiências.
- Higiene Bucal: Lei Nº 13.802 de 27 de dezembro de 2000
  - Projeto permanente entre os alunos para redução do índice de problemas dentários da população, através de fornecimento de escovas, pastas e outros materiais necessários à realização regular da higiene bucal.
- Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Nº 11.525 de 25 de setembro de 2007
  - Garantir os direitos das crianças e dos adolescentes na distribuição de material didático adequado.
- Acelerar para vencer: Lei Nº1.033 de 17 de janeiro de 2008
  - Superar a distorção idade/ano de escolaridade.
- Semana da Conscientização sobre a Preservação da Fauna: Lei Nº 18.368 de 2 de setembro de 2009 (Comemoração na primeira semana do mês de outubro)
  - Eventos com o fim de conscientizar a comunidade sobre a necessidade de preservar a fauna alertando contra o tráfico de animais silvestres e contra a devastação de florestas.
- Conscientização e combate à utilização do cerol em linha de empinar pipa: Lei Nº 5.581 de 12 de novembro de 2009 (Comemoração na última semana do mês de junho.)
  - Palestras e vídeos demonstrativos com a presença de alunos, pais, professores e comunidade escolar.
  - Dia festivo com diversas pipas coloridas a serem empinadas por alunos sem o uso de cerol.
- Hino Nacional: Lei Nº 12.031 de 21 de setembro de 2009
  - Execução do Hino Nacional uma vez por semana na hora cívica.

→Proporcionar a oportunidade de despertar o sentimento de patriotismo, com a interpretação do Hino Nacional, valorizando os Símbolos Nacionais.

## ANEXO II

### Projetos externos a serem desenvolvidos com parcerias

- PROERD: Programa Educacional de Resistência as Drogas (Parceria: Polícia Militar de Minas Gerais)
  - Ação conjunta entre o Policial Militar capacitado, professores, especialistas, estudantes, pais e comunidade no sentido de prevenir e reduzir o uso indevido de drogas e a violência entre estudantes.
- Educação Sanitária no dia-a-dia dos alunos (Parceria: Governo de Minas e IMA)
  - Ajudar a manter a motivação das crianças e jovens que pretendem continuar ligados as suas origens e assumir a atividade rural.
- Projeto “O que você tem a ver com a corrupção?": Parceria com o Ministério Público
  - Evitar que os alunos ajam de forma violenta entre si, orientando-os a ser pessoas que tenham boa conduta e saibam interagir na sociedade sendo cidadãos responsáveis e conscientes.

Avaliação: Acontecerá durante a realização/execução de cada projeto desenvolvido durante o ano letivo através da observação diagnóstica, sondagens e reflexões contínuas, oportunizando os ajustes necessários.

## ANEXO III

### *Módulo II*

#### **Justificativa:**

Contemplando os problemas do cotidiano da escola, das constantes mudanças no mundo atual, é primordial que os profissionais da educação programem um espaço para estudo e reflexão do fazer pedagógico.

Ao elaborarmos esta proposta de trabalho, temos como objetivo essencial a formação de profissionais verdadeiramente preparados, em condição de atuar com competência e compromisso em sua área de serviço, participando ativamente das ações propostas aos próximos anos.

#### **Cronograma de trabalho:**

De fevereiro a dezembro, conforme Calendário Escolar, dedicam-se dias reservados para estudos e planejamentos.

Reuniões de estudo quinzenalmente para os professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Outras reuniões de estudo quando se fizer necessário.

#### **Objetivos:**

- Proporcionar ao professor condições para o domínio de novas estratégias e recursos de ensino necessários ao desempenho competente de suas funções;
- Oportunizar aos professores condições para refletir sobre sua prática
- Conhecer bem os conteúdos curriculares
- Contribuir para a formação do professor-leitor.
- Valorizar o saber que produz em seu trabalho cotidiano, empenhando-se no próprio aperfeiçoamento e construindo novos conhecimentos;
- Reconhecer a importância da avaliação como subsídio do replanejamento;
- Proporcionar ambiente de interação e trocas de experiências;
- Estimular a atitude de pesquisa sobre a realidade do trabalho docente.

**Ações:**

- Estudar textos diversos publicados em revistas pedagógicas;
- Participar do processo de avaliação, reelaboração e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico;
- Estudo de textos para reflexão sobre sua prática, avaliando seus resultados de forma a aprimorá-la;
- Dinamizar o estudo dos programas de ensino e dos Parâmetros Curriculares, dos livros didáticos e outros materiais;
- Divulgar e oferecer material diversificado de leitura existente na escola;
- Promover momentos de reflexão de sua prática de leitura;
- Fazer uso de livros técnicos e paradidáticos existentes na escola;
- Incentivar a participação em cursos diversos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e outros;
- Propiciar o estudo e discussões de vários textos sobre a Avaliação;
- Trabalhar coletivamente, partilhando seus conhecimentos e suas experiências com outros educadores.

## ANEXO IV

### Projeto Meio Ambiente

**Tema:** Desequilíbrio Ambiental

**Responsável pelo projeto:** Professor de Ciências e Equipe Escolar

**Turmas envolvidas:** 6º ao 9º ano

**Proposta multidisciplinar:**

O projeto tem por objetivo principal integrar as disciplinas na busca educativa das condutas humanas e na intenção de incentivar a construção de uma consciência das questões relativas ao meio ambiente para que possam assumir posições corretas com os valores referentes à sua proteção e melhoria, numa perspectiva de sustentabilidade e responsabilidade ecológica. Para isso é importante que possam atribuir significado àquilo que aprendem sobre a questão ambiental, tendo uma visão crítica, reconhecendo a necessidade e as oportunidades de atuar de modo reativo para garantir um meio ambiente saudável e boa qualidade de vida, identificando-se como parte integrante do processo para uma atuação criativa, responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente. O trabalho é realizado envolvendo a comunidade e órgãos afins.

**Atividades de Pesquisa e Amostragens:**

- Levantamento e amostragem de contextos históricos referentes ao desequilíbrio e/ou causas possíveis de transformações no ambiente, a começar por sua própria realidade, na paisagem, nos espaços em que habita ou cultiva.
- Construção de maquetes ou esboços que possam retratar, lembrar e/ou explicar o desequilíbrio ambiental e também criticar a interferência do homem na natureza.
- Plantio de sementes de árvores nativas e frutíferas.

**Exemplos de trabalhos e temas:**

- Desmatamento e queimadas.
- Reflorestamento de áreas de APP ( Área de Preservação Permanente ).
- Plantio de sementes para reflorestamento.
- Desequilíbrio Ecológico.
- Causas e efeitos de construção de uma usina hidrelétrica.
- Poluição: causas e efeitos.
- Enchentes e/ou inundações.
- Destruição de recursos hídricos.

- Construção de maquetes.
- Construção de painéis.
- Potencial de Apresentação da feira com proposta do tema.
- Ação coerente e participativa na montagem e exposição das pesquisas, trabalhos, experimentos, maquetes e painéis.

**Culminância:**

- Todos os trabalhos realizados durante o projeto serão expostos na feira multidisciplinar.

**Avaliação:**

- A avaliação será feita através do interesse e desempenho dos alunos, mediante registros e trabalhos coletivos.



## ANEXO V

### Projeto: Leitura / Teatro na Escola

**Público-alvo:** Alunos do 1º ao 5º ano.

**Responsáveis:** Equipe pedagógica

**Justificativa:** O Projeto Leitura/Teatro na Escola é desenvolvido com alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, visando a melhoria de leitura e de estímulo à interpretação pessoal e adquirir expressão verbal e corporal através da representação artística.

#### **Objetivos:**

- Desenvolver competências e habilidades na área da leitura e na arte da dramatização.
- Sensibilizar os pais e a comunidade escolar sobre a importância que a leitura e a interpretação exercem no nosso cotidiano.
- Motivar o trabalho em equipe.

#### **Desenvolvimento:**

Todo trabalho será realizado em forma de dramatização, pois os alunos interpretarão de maneira descontraída e prazerosa os textos lidos.

#### **Culminância:**

As apresentações das peças de teatro serão realizadas em auditórios com a presença de alunos, pais, comunidade escolar e demais funcionários da escola.

#### **Cronograma:**

Este projeto será desenvolvido ao longo do ano letivo em curso.

#### **Avaliação:**

A avaliação será feita durante o desenvolvimento do projeto, observando o desempenho do aluno em hábitos, atitudes e habilidades necessários ao seu desenvolvimento de ler e de dramatizar espontaneamente.